

O CONCEITO DE “USO LINGÜÍSTICO” EM QUINTILIANO

(Institutio oratoria, 1.6.43-45)¹

Marcos Aurelio Pereira

DL/IEL/Unicamp

RESUMO: No capítulo VI do primeiro livro de sua *Institutio oratoria* (“A educação oratória”), Quintiliano (Marcus Fabius Quintilianus, ca. 30-96 d.C.) tece considerações a respeito da língua a ser empregada pelo orador cuja formação propõe no tratado – já definida, na realidade, bem antes da passagem em questão – defendendo o que diríamos, hoje, não qualquer “variedade lingüística”, mas aquela empregada pelos poetas, oradores e historiadores, cujos textos serviam, na escola do *grammaticus* e do *rhetor*, para o aprendizado da língua “cultura”. Noutros termos, trata-se de empregar um determinado “uso lingüístico” (*consuetudo sermonis*), estabelecido por aquilo que o autor qualifica de “consenso dos instruídos” (*consensus eruditorum*) e equipara ao “consenso dos bons” (*consensus bonorum*). Este trabalho procurará discutir, sumariamente, as possíveis implicações da adoção de um “padrão lingüístico” num texto em que se descreve, principalmente, o sistema da antiga *ars rhetorica*, tendo em vista (a) contextualizar apropriadamente o trabalho de Quintiliano, (b) contrapô-lo à moderna discussão sobre o tema da normatividade, bem como (c) investigar em que medida visões atuais desse tema são válidas para uma interpretação daquele momento específico da história do pensamento sobre a linguagem.

ABSTRACT: In Chapter VI of the first book of his *Institutio oratoria* (“The education of an orator”), Quintilian (Marcus Fabius Quintilianus, ca. 30-96 A.D.) makes observations on the language to be employed by the orator whose education is proposed in his work, which had indeed already been defined. The author defends something like what we would call today not any “linguistic variety”, but the one used by poets, orators and historians, who served, in the *grammaticus*’ and the *rhetor*’s school, for the purpose of learning “cultivated” language. In other words, the orator should employ certain “linguis-

tic usage” (consuetudo sermonis) identified with what Quintilian calls the “consensus of the cultivated” (consensus eruditorum), but also with the “consensus of the good” (consensus bonorum). This text will attempt to consider briefly some implications of the adoption of a “linguistic pattern” in a text that serves mainly to describe the ancient ars rhetorica, aiming at (a) situating properly Quintilian’s work, (b) setting it against the modern debate on the subject of normativism, as well as (c) investigating how much the present debate is valid to refer to that specific moment in the history of “linguistic” thought.

Introdução

Parte de um trabalho mais amplo, representado pelo estudo da história da disciplina gramatical na Antigüidade romana (cf. Pereira, 2003), constitui o interesse particular deste texto examinar brevemente o conceito de *uso*, referido à linguagem, apresentado pelo autor da *Institutio oratoria*, mais conhecido entre nós como um “especialista” no campo da antiga retórica.

O assunto de que se trata aqui diz respeito, na verdade, tanto a Quintiliano quanto, mais específica e especialmente, à recepção do antigo discurso gramatical por duas disciplinas diferentes que, em nosso tempo, dedicam-se, com interesses diferentes, ao estudo da linguagem e das línguas: nomeadamente, a chamada gramática tradicional (GT) e a lingüística, que se permitirá denominar aqui de moderna (LM).

1. A *Institutio oratoria* e seu autor

Quintiliano, natural de *Calagurris Nassica*, cidade da antiga *Hispania Tarraconensis* (hoje Calahorra, situada no norte da Espanha), onde nasceu por volta do trigésimo ano de nossa era, faleceu por volta do ano 96 em Roma, para onde se dirigira ainda menino para estudar retórica e, depois, na comitiva do imperador Galba, já como “advogado” e mestre daquela mesma disciplina, que ensinou, como ele mesmo afirma no prefácio do primeiro livro da obra, por vinte anos. Filho de retor, Quintiliano teve por mestres Domício Afro e Rêmio Palêmon, tendo sido, por sua vez, mestre de Tácito e Plínio Jovem, entre outros.

A *Institutio oratoria*, publicada provavelmente no ano de sua morte, contém doze livros que abordam exatamente a formação do antigo orador, tratando principalmente de duas disciplinas ligadas à palavra na Antigüidade: a gramática e a retórica. O primeiro livro da *Institutio*, de fato, trata em grande parte da primeira daquelas disciplinas, ensinada na escola do *grammaticus*, para onde o juvenzinho era enviado por volta de seus doze anos; o segundo, do ofício do *rhetor*, cujo ensinamento vinha

logo em seguida na educação da época. Os livros III a XI destinam-se mais detidamente à exposição do sistema da antiga retórica, com suas tradicionais partes – *inuentio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria*, *actio* ou *pronuntiatio*, como prefere o autor – enquanto o último da série trata do orador já formado e a ele se dirige.

Descoberta em sua forma completa pelo erudito florentino Poggio Bracciolini no século XV, a *Institutio oratoria*, única obra autêntica de Quintiliano a sobreviver, até então conhecida apenas em fragmentos, foi enormemente louvada pelos renascentistas e chegou a contribuir, entre outras coisas, para a elaboração de programas educacionais como o de Comênio (cf. Pereira, 2000). A partir de então, o interesse pela obra foi crescente – chegando, em certo momento, a suplantar, na opinião de Erasmo, Lutero e outros autores, o das obras do próprio Cícero – para cair em longo esquecimento, só voltando a interessar os estudiosos no último século (cf. Colson, 1924).

2. A *ars grammatica* em Quintiliano

Daquele conjunto extenso de doze livros – que ocupa, em algumas edições, quase mil páginas de texto latino – é de interesse especial examinar, aqui, parte do primeiro, onde Quintiliano define as funções do antigo mestre de gramática – *recte loquendi scientia* (“arte de [ensinar a] falar corretamente”) e *poetarum enarratio* (“explicação dos poetas”) – e faz uma exposição – não exaustiva, por não ser seu objetivo principal – da disciplina gramatical de sua época. Em seis de seus doze capítulos (do IV ao IX), o autor trata, justamente, partindo da ortografia e das classes de palavras encontráveis em latim, passando pelos diferentes “níveis gramaticais” legados a nós pela tradição (o que chamaríamos de *fonologia* e *morfologia*, no caso, além da *etimologia*, da controvérsia entre “analogistas” e “anomalistas” etc.), até o nível do discurso, na consideração dos exercícios de leitura e escrita realizados pelos alunos antes de serem encaminhados ao mestre de retórica.

Não se trata aí, porém, como seríamos levados a supor, no contexto de indivíduos formados por uma disciplina que tem por objetivo o exame da linguagem na consideração mais concreta das diversas línguas faladas pela humanidade, de “descrever” a língua latina. O autor deseja, antes, propor uma certa forma de abordar a disciplina (cf. *Instit. orat.* 1.4.7), tendo em vista a formação do orador que se defende na obra, mas também, o que nos interessa em particular, uma forma de língua conveniente à situação criada pelo conjunto de discursos tematizados pelo gramático, pelo retor e pelas práticas implicadas nas disciplinas por eles ensinadas – a oratória, sobretudo.

Quintiliano insiste em valorizar uma disciplina que, em sua própria época, já enfrentava sérias restrições, por assim dizer: examinando as posições de Sêneca e Juvenal, tem-se uma imagem não só do conjunto de atividades realizadas na escola do gramático como da própria gramática, negligenciada em favor da retórica justamente na ânsia da época por formar oradores a qualquer custo. Quintiliano também deseja formar oradores, mas, ao escrever sua *Institutio*, faz questão de salientar o papel importante desempenhado pela gramática, sem cujo concurso a formação dada pelo retor corria o risco de ser manca, porque falta do conhecimento de temas que podiam, de fato, auxiliar em muito o efetivo trabalho do orador.

Por já haver publicado outros textos nos quais se trata mais pormenorizadamente do trabalho do antigo gramático – ou, antes, do antigo “mestre de gramática” (cf. Pereira, 2000, 2000/2001, 2001 e 2003) – não se insistirá, aqui, nesse tema. Saliente-se, porém, que a formação proposta por Quintiliano, incluindo a gramática, situa-se mais propriamente no âmbito da antiga retórica, assunto principal da obra, em vista do que o autor adota suas posições. Resumidamente, poderíamos dizer que Quintiliano procurou, próximo ao poder, “impor” certa concepção de língua (se se preferir, de linguagem) que se casava também com certo ideal da filosofia estoica: seu orador é definido, seguindo-se aí antigo preceito de Cação, como um *uir bonus dicendi peritus* – um “homem bom, hábil no discursar” (cf. *Instit. orat.* 12.1.1).

3. O uso como “consenso dos instruídos”

Assim se expressa Quintiliano, nos parágrafos 43 a 45 do capítulo VI do primeiro livro da *Institutio*, sobre o conceito de “uso lingüístico”:

Resta, pois, o uso. Com efeito, seria quase ridículo preferir a linguagem com a qual os homens falaram àquela com a qual falam. E, seguramente, que outra coisa é uma linguagem antiga, senão uma velha forma de falar? Mas é necessário que se observe com critério e se defina em primeiro lugar aquilo que tratamos e chamamos de “uso”. Se se tomar o nome tendo em vista o que fazem muitos, oferecer-se-á um preceito por demais perigoso não apenas para o discurso como também, o que é mais grave, para a vida. Ora, onde residirá a vantagem de tomar por bom aquilo que agrada à maioria? Portanto, da mesma forma que depilar-se, cortar os cabelos em camadas e beber em excesso nos banhos, por mais que tais coisas tenham invadido a cidade, não constituem uso, porque nenhuma delas está livre de censura – ao contrário, nós nos lavamos, cortamos os cabelos e

fazemos juntos as refeições segundo um determinado costume – , assim também no falar não se tomará por regra de linguagem algo de vicioso que muitos adotaram. Com efeito, para não falar do modo como os incultos habitualmente se expressam, sabemos que, muitas vezes, os teatros inteiros e toda a multidão do circo se expressam rudemente. Logo, chamarei de “uso da linguagem” o consenso dos instruídos, da mesma forma que o consenso dos bons se chama “modo de viver”.²

Tendo previamente definido a língua como algo que é de posse de todos e não apenas de seus especialistas, a ponto de comparar sua forma (pública!) à do dinheiro em circulação (cf. *Instit. orat.* 1.6.3), Quintiliano identifica, porém, como “variedade” a ser levada em conta no ensino e na produção dos discursos – lembre-se que ele fala do ponto de vista de alguém que está formando oradores, cuja função primordial é convencer uma assembléia de uma determinada “causa” –, a língua dos poetas e prosadores em geral (cf. *Instit. orat.* 1.4.4). Há, pois, uma “variedade linguística” específica a levar em conta. Mas o que quer exatamente dizer isso?

Sendo o gramático aquele responsável por um ensino que deveria, em última instância, tornar seus discípulos capazes de evitar os diversos “vícios de linguagem” representados pelo *barbarismo* e pelo *solecismo* tratados na *Institutio* (cf. *Instit. orat.* 1.5 *passim*), sua prática tinha em vista, é verdade, realizar uma *correção* – lembre-se o crescente número de estrangeiros que aportavam em Roma no primeiro século; lembre-se, uma vez mais, que em sua escola se lidava com textos de poetas e prosadores em geral, sobre os quais muitas vezes se realizava um trabalho de natureza tida por alguns como “filológica” (cf. Carcopino, 1990 e Righi, 1969) – mas tal correção, também é preciso dizer e insistir, devia ter em mira, segundo Quintiliano, não a língua dos antigos – embora o autor valorize Cícero, que vivera cem anos antes, não vai muito além disso – mas de preferência e declaradamente a dos autores coetâneos.

Lembre-se que o orador que visa formar Quintiliano é, a par de um *dicendi peritus*, um *uir bonus*. Lembre-se, ainda, que se trata de um ideal filosófico proposto numa época manchada pela tirania e pela carnificina dos césores que viveram na mesma época que o autor da *Institutio*. Por último, lembre-se que nosso autor se opunha, não à filosofia ou à moral de Sêneca, preceptor frustrado do tão famigerado Nero, mas a seu “estilo” – *i.e.* sua forma de empregar a língua latina. Tem-se, então,

Ao identificar, pois, o conceito de “uso” (*consuetudo sermonis*) ao “consenso dos instruídos” (*consensus eruditorum*) e equipará-lo ao “consenso dos bons” (*consensus bonorum*), Quintiliano parece inserir a gramática, instância especialmente responsável pela consideração do que devia ser a *norma* em linguagem (mais especificamente, em termos da língua a ser empregada pelo seu orador), numa discussão maior, a de uma norma social, ao mesmo tempo que assinala, no que diz respeito à linguagem, que se trata de buscar uma conveniência desta a uma situação específica de enunciação: a da oratória latina, que é também, no caso, a dos discursos tematizados pela gramática e pela retórica, que deviam, para o autor da *Institutio*, ser produzidos segundo o uso corrente da língua.

4. Repercussão do conceito

Em artigo publicado há mais de duas décadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual por muito tempo manteve uma coluna sobre temas ligados ao português e seu ensino (as “Questões Vernáculas”), o gramático brasileiro Napoleão Mendes de Almeida, falecido há alguns anos, apresentando o primeiro número de uma então recém surgida *Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa*, tecia considerações sobre um outro artigo, intitulado “O ensino da gramática entre os romanos” e publicado naquele periódico pelo padre Alípio Santiago de Oliveira (tradutor de conhecido manual de sintaxe latina: cf. Lipparini, 1961), no qual este apela a Quintiliano para justificar, *inter alia*, a necessidade da manutenção, entre nós, de um tipo de ensino em que, nos termos de Almeida (1981), o estudo do latim “dava-nos, com todas as deficiências de magistério, garantia de seriedade de ensino lingüístico e de educação humanista”. Como afirma, no texto citado por Almeida, o referido padre Alípio:

“A gente nova precisa de aprender a falar com decência sua língua; quanto a nós, mais velhos, a própria existência desta Academia comprova quanto prazer encontramos em aprofundar nossos conhecimentos do vernáculo, o que nos leva não raro ao terreno estrito da gramática.”

Ao que Almeida, por sua vez, acrescenta, lembrando nosso autor mas, também, referindo-se ao ensino do português: “Quintiliano (...) do culto aos poetas, passa a falar da necessidade da redação, constituída de descrições, de dissertações, de desenvolvimento duma sentença”. À pergunta formulada no artigo do mesmo padre Alípio – “Que é falar corretamente?” – porém, citando Cícero e lembrando, como já fizera

outras vezes, que “o português que nossos filhos hoje aprendem (...) é o das nossas cozinheiras”, afirma:

Exultante, vejo Cícero, citado no artigo do Pe. Alípio, afirmar: “A linguagem correta, objeto da gramática, é língua para ser falada, e não apenas para escritores ou oradores; não é tão grande a honra de saber latim quanto a vergonha de ignorá-lo, e conhecê-lo não me parece tanto obrigação do bom orador quanto de um cidadão romano...” (Brutus 37.140).

Por fim, visando combater “a má compreensão do rifão” segundo o qual “a língua quem faz é o povo”, conclui com citação de Quintiliano a respeito do “uso comum”:

“Se com este termo quisermos denominar aquilo que faz a maioria, estaremos dando um conselho muito perigoso não só para a língua mas, o que é pior, para a vida; por mais freqüentes que sejam os vícios no falar, não há razão para ver nisto uma regra de linguagem. Para a língua – continua Quintiliano – chamarei uso comum ou costume o consenso entre as pessoas instruídas, como para a vida chamo costume o consenso entre as pessoas de bem” (Inst. orat. 1.6.44s.).

É também, decerto, para agrado dos que buscam uma justificativa a mais para uma posição atual (e sua correspondente prática) quanto ao tema em questão – o ensino do português e/ou de sua gramática – e devem enxergar em argumentos que levam em conta, no emprego do latim, uma espécie de garantia pura, simples e incontestada de veracidade ou justa razão da parte de quem argumenta, que o gramático se refere ao conceito de *uso* empregado por Quintiliano, autor apontado, por ele e por outros (cf. Fontes, 1999), ainda que por razões e com objetivos diferentes, como responsável por uma prática também atual e caduca, por isso mesmo alvo de justa crítica. Dois equívocos, então, parecem apresentar-se aqui: do gramático e seus seguidores, por um lado, e de seus críticos, por outro, já que aquilo que se discute no presente – no caso, uma questão que envolve pedagogia das línguas – não precisa ser justificado (embora talvez possa ser em grande parte explicado) pelo passado, e o que se disse nesse passado, cujos destinatários e cujos objetivos eram decerto outros, não quis, absolutamente, valer para o momento atual.

Por trás da discussão, feita pelo gramático, do conceito de Quintiliano, fica, de qualquer forma, patente a defesa de uma concepção de língua e linguagem (com repercussão direta, é certo, sobre sua pedagogia), para a qual a noção de *norma* é corolário inevitável. Mas quando e como surge a

idéia de uma norma lingüística (ou, se se preferir, gramatical)? Cabe, obviamente, indagar ainda se Quintiliano emprega o conceito para referir-se à mesma entidade visada pelo gramático, bem como quem seria o alvo de Quintiliano ao empregar o conceito, tal como aparece na obra, isto é, quais seriam os interlocutores do suposto pai de nossa gramática.

Em tais comparações de passado e presente, não é atual nem rara, entre outras, a acusação de “conservadorismo” feita a Quintiliano (igualmente cabível, no caso, a Cícero, também citado por Almeida, no que diz respeito, para o caso em questão, ao papel da gramática e seu objeto), mas, dado o teor de algumas das críticas equivocadamente dirigidas a ele (cf. por exemplo West, 1975, p. 21, e Ayto, 1995, p. 186³), é de pensar se não seria o caso de perguntar se, e em que medida, seus acusadores se teriam dado efetivamente o trabalho de ler a obra de Quintiliano, e não apenas seus comentadores ou detratores. Como se procurou mostrar em trabalho anterior (cf. Pereira, 2000), Quintiliano se apresenta diversas vezes como alguém que está questionando uma prática, e não é, a bem dizer, o único a fazê-lo, tendo havido uma crítica, já na Antigüidade e a partir dela, que se levanta não contra a gramática, na verdade, mas contra certos procedimentos daqueles que eram, então, os encarregados de seu ensino: os antigos *grammatici* (cf. Carcopino, 1990).

5. Considerações finais

Ao olhar para o passado em busca de suas origens, a lingüística moderna identifica o discurso da antiga *ars grammatica* / *tékhne grammatiké* como seu predecessor, esquecendo-se de que também a retórica e a dialética, para citar apenas outras duas disciplinas, teorizaram sobre a linguagem (ou sobre as línguas). Qual é, no entanto, o olhar que os modernos dirigem a esse passado?

Sempre elegendando o presente, evidentemente, como ponto de partida para enxergar o passado, pelo menos quatro atitudes são detectáveis nessa espécie de “espelhamento às avessas”: ou (1) se busca legitimar uma prática presente que já tem seus analistas e críticos (como no exemplo de Almeida, aqui referido); ou (2) se apontam erros na consideração da linguagem, tal qual levada a cabo pelos antigos, porque centrada na escrita etc., insistindo-se numa “insuficiência” daqueles em vista das teorias atuais (cf. e.g. Ayto, Casevitz & Charpin, Fontes, Leite, Lyons, Mounin e West, referidos na bibliografia ao final deste); ou (3) se verifica como os antigos teriam “inspirado” teorias modernas, fazendo-se das formulações antigas, freqüentemente, uma espécie de “campo de prova” daquelas (cf. e.g. Hayes); ou, ainda (4), tentando inverter o jogo, embora só parcialmente, se procura ver algum modo de fazer os antigos beneficia-

rem-se dos conhecimentos atuais, que “salvariam” seus textos e sua “ciência” (cf. e.g. Corradini).

Como lembram Lyons (1979) e Robins (1983), apesar das críticas feitas aos antigos em termos atuais, a lingüística moderna “constrói sobre o passado” (identificável, no caso, com a GT, da qual a LM sempre desejou separar-se, embora aquela seja, no dizer do mesmo Lyons, muito mais rica do que uma “leitura rasa” costuma indicar), e precisou extrair desse passado grande parte do cabedal – por vezes, bastante modificado, é verdade – que constitui sua *doctrina* atual. Também seria preciso lembrar que tanto gramáticos quanto retóricos de muitas gerações são, apesar dos supostos “erros de perspectiva” – apontados pelos modernos – responsáveis pela salvação de grande parte do saber antigo que repercute de maneira importante sobre o nosso presente.

Sem querer, evidentemente, legitimar uma prática ainda atual, como faz Almeida, parece mais justo, antes, entender a formulação antiga de questões acerca da linguagem como uma instância legítima em si mesma, no contexto em que aparece, com suas motivações e seus objetivos, nos termos em que então se coloca. Nisso, parece que estamos de acordo, por exemplo, com as posições de Auroux (1989) e de Baratin & Desbordes (1981), ao analisarem esses autores o pensamento antigo sobre a linguagem e as línguas. Não é possível, sob tal ponto de vista, desejar que os antigos tivessem preocupações que são próprias de nosso momento, pois isso significaria cobrar deles algo que jamais se propuseram – nem deveriam – a nos oferecer.

Ao contrário do que a leitura do texto de Almeida poderia sugerir-nos, Quintiliano não pode – é fácil vê-lo – ser considerado pura e simplesmente um “conservador”, já que em sua época condenava a afetação representada pelo uso de arcaísmos, por exemplo, chegando a defender, inclusive, a adoção de uma ortografia de base fonética, como também condenou o abuso da consideração do mecanismo da analogia no estudo/ensino da linguagem. Essas e outras posições do autor da *Institutio*, nunca levadas em conta pelos seus críticos ou apoiadores, parecem especialmente “escandalosas”, levando-se em conta a época em que foram defendidas e o caráter verdadeiramente “revolucionário” que teriam, caso fossem propostas por um gramático mesmo em nosso próprio tempo. Lembrem-se apenas as seguintes:

Retomando, então, a ordem estabelecida, os nomes ou são latinos ou estrangeiros. Ora, como eu já ia dizer, muitos nomes estrangeiros nos vieram de todas as nações, assim como nossa população e até muitas de nossas instituições. (cf. Institut. orat. 1.5.55)⁴

Que direi a respeito de outros termos, quando é incerto se ‘senatus’ deva produzir ‘senatui’, ‘senati’ ou ‘senatus’ [no caso genitivo]? Por isso, não me parece deselegante que se diga ser uma coisa falar latim, outra falar gramatiquês. (1.6.27)⁵

Que o gramático, porém, interponha seu próprio julgamento a todos estes. Com efeito, ele deve ser a autoridade maior. Quanto a mim, exceto no que o uso tiver consagrado, julgo que se deve escrever uma coisa do modo como se pronuncia. Ora, a finalidade das letras é guardar as palavras e devolvê-las aos leitores como um depósito. Elas devem, com efeito, exprimir aquilo que quisermos dizer. (1.7.30 et sq.)⁶

Volta-me, porém, ao pensamento que haverá quem considere essas coisas que tratamos como pequenas demais e até como obstáculo para os que perseguem coisas mais elevadas. Nem eu próprio considero que se deva chegar a um escrúpulo exagerado e descer a minúcias fastidiosas, bem como desperdiçar e debilitar o talento dos alunos. Ora, nada do que diz respeito à Gramática fará mal, senão o que é inútil. (...) Tais matérias não constituem embaraço aos que passam por elas, mas aos que se detêm nelas. (1.7.33-35)⁷

Para o restante fica, sobretudo, uma importante recomendação: que os espíritos infantis e que se vão desenvolver aprendam (...) não apenas o que é eloquente, mas sobretudo o que é honesto. (1.8.4)⁸

Mas o que afirmei anteriormente diz respeito mais às crianças, enquanto estas últimas (coisas) tocam aos mais maduros, dado que o amor à Gramática e o hábito da leitura não se reservam aos tempos da escola, mas para a vida toda. (1.8.12)⁹

Por isso, contarei entre as virtudes de um gramático o desconhecimento de algumas coisas. (1.8.21)¹⁰

É preciso, *de fato*, como assinalava Colson há quase oito décadas em sua edição do primeiro livro da obra, *ler Quintiliano*.

Notas

¹ Este texto constitui versão ligeiramente modificada de comunicação apresentada na “IX ICHoLS” (9ª Conferência Internacional de História das Ciências da Linguagem / 9th International Conference on the History of Language Sciences / IX^e Conférence Internationale de l’Histoire des Sciences du Langage), realizada entre os dias 27 e 30 de agosto de 2002 na

FFLCH/USP e no IEL/Unicamp. Sou grato ao colega Paulo Sérgio de Vasconcellos pela leitura e pelas sugestões oferecidas, parte das quais incorporei ao texto. Os eventuais equívocos restantes, evidentemente, devem ser postos sob minha inteira responsabilidade.

² *Superest igitur consuetudo: nam fuerit paene ridiculum malle sermonem quo locuti sint homines quam quo loquantur. Et sane quid est aliud uetus sermo quam uetus loquendi consuetudo? Sed huic ipsi necessarium est iudicium, constituendumque in primis id ipsum quid sit quod consuetudinem uocemus. Quae si ex eo quod plures faciunt nomen accipiat, periculosissimum dabit praeceptum non orationi modo sed, quod maius est, uitae: unde enim tantum boni ut pluribus quae recta sunt placeant? Igitur ut uelli et comam in gradus frangere et in balneis perpotare, quamlibet haec inuaserint ciuitatem, non erit consuetudo, quia nihil horum caret reprehensione (at lauamur et tondemur et conuiuiumus ex consuetudine), sic in loquendo non si quid uitiose multis in sederit pro regula sermonis accipiendum erit. Nam ut transeam quem ad modum uulgo imperiti loquantur, tota saepe theatra et omnem circi turbam exclamasse barbare scimus. Ergo consuetudinem sermonis uocabo consensum eruditorum, sicut uiuendi consensum bonorum.*

³ Os autores citados se referem à expressão *lucus a non lucendo* – também encontrável em Isidoro de Sevilha – não proposta, mas *criticada* por Quintiliano (cf. *Instit. orat.* 1.6.34) como exemplo de explicação válida para a origem das palavras – e, por extensão, da própria linguagem. Em suma, trata-se de acreditar, segundo tal explicação, que as palavras da língua teriam origem no contrário do que pretendem designar: literalmente, uma *clareira*, num bosque, seria assim designada *por não ser luminosa*, embora ambos os termos (*lucus*, *clareira*; *lucere*, *luzir*) tenham a mesma raiz.

⁴ *Hoc amplius, ut institutum ordinem sequar, uerba aut Latina aut peregrina sunt. Peregrina porro ex omnibus prope dixerim gentibus ut homines, ut instituta etiam multa uenerunt.*

⁵ *Quid de aliis dicam, cum 'senatus senatui' 'senati' an 'senatus' faciant incertum sit? Quare mihi non inuenuste dici uidetur aliud esse Latine, aliud grammaticae loqui.*

⁶ *Iudicium autem suum grammaticus interponat his omnibus: nam hoc ualere plurimum debet. Ego, nisi quod consuetudo optinuerit, sic scribendum quidque iudico quomodo sonat. Hic enim est usus litterarum, ut custodiant uoces et uelut depositum reddant legentibus. Itaque id exprimere debent quod dicturi sumus.*

⁷ *Redit autem illa cogitatio, quosdam fore qui haec quae diximus parua nimium et impedimenta quoque maius aliquid agentibus putent: nec ipse ad extremam usque anxietatem et ineptas cauillationes descendendum atque his ingenia concidi et comminui credo. Sed nihil ex grammaticae nocuerit nisi quod superuacuum est. (...) Non obstant hae disciplinae per illas euntibus, sed circa illas haerentibus.*

⁸ *Cetera admonitione magna egent, in primis ut tenerae mentes tracturaeque (...) non modo quae diserta sed uel magis quae honesta sunt discant.*

⁹ *Verum priora illa ad pueros magis, haec sequentia ad robustiores pertinebunt, cum grammaticae amor et usus lectionis non scholarum temporibus sed uitae spatio terminentur.*

¹⁰ *Ex quo mihi inter uirtutes grammatici habebitur aliqua nescire.*

Apêndice

O Ensino da gramática entre os romanos

Napoleão Mendes de Almeida

Era bastante para dar vida ao primeiro número da Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa o artigo que sob esse título nele se publica, de autoria de brilhante sacerdote salvatoriano, Pe. Alípio R. San-

tiago de Oliveira, que em 1961 traduziu e adaptou, por concessão da “Casa Editrice Carlo Signorelli” de Milão, “La Sintassi Latina” de José Lipparini, original de grande alcance didático, com a tradução enriquecida de um rol de “Termos mais usuais e modernos” e de um “Guia de conversação”.

Tempos idos os do estudo do latim; sua programação em escolas brasileiras dava-nos, com todas as deficiências de magistério, garantia de seriedade de ensino lingüístico e de educação humanista.

Não conformado com encontrar-se a colaboração do Padre Alípio entre as últimas páginas da nova revista, e receoso de que se perca o que nela se encontra, vamos respigar certas passagens.

Quintiliano (De Institutione Oratoria) define a gramática como “a ciência que ensina a falar corretamente”. A definir a gramática como ciência, Quintiliano nos faz ver que ela tem teoria e normas, e abrange o comentário dos autores, ou seja, é a um tempo metódica e histórica. Há, portanto, uma gramática normativa, cujas leis não se podem desprezar (“ne quis tamquam parva fastidiat grammatices elementa”). E acrescenta: “Devemos desdenhar os que ridicularizam esta arte como coisa frívola e estéril (Minus sunt ferendi qui hanc artem ut tenuem atque ieiunam cavillantur); a gramática é necessária aos jovens, aprazível para os velhos (necessaria pueris, iucunda senibus)”.

Acrescenta o Pe. Alípio: “A gente nova precisa de aprender a falar com decência sua língua; quanto a nós, mais velhos, a própria existência desta Academia comprova quanto prazer encontramos em aprofundar nossos conhecimentos do vernáculo, o que nos leva não raro ao terreno estrito da gramática”.

Quintiliano vai mais longe; do culto aos poetas, passa a falar da necessidade da redação, constituída de descrições, de dissertações, de desenvolvimento duma sentença.

“Que é falar corretamente?” – pergunta o Pe. Alípio. “De antemão” – responde – “deve-se dizer que é uma língua para ser falada e não apenas para os escritores.” Quintiliano preocupa-se até mesmo com o ambiente familiar no que respeita ao aprendizado do idioma; antes de tudo é preciso que seja correto o falar das amas... pois serão elas que a criança ouvirá por primeiro e se esforçará por reproduzir-lhe as expressões, por imitação (Ante omnia ne sit vitiosus sermo nutricibus... Has primum audiet puer, harum verba effingere imitando conabitur). As mesmas exigências tem ele para os pais e até para os servos da casa.

O português que nossos filhos hoje aprendem – dissemos há anos nestas “Questões” – é o das nossas cozinheiras. Há quase quarenta nós escrevíamos, a encerrar o prefácio de nossa *Gramática Metódica* (o mesmo da atual edição, 29^a): “É erro de conseqüências imprevisíveis acreditar que só os professores profissionais têm obrigação de saber

escrever. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos. A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?”

Exultante, vejo Cícero, citado no artigo do Pe. Alípio, a afirmar: “A linguagem correta, objeto da gramática, é língua para ser falada, e não apenas para escritores ou oradores; não é tão grande a honra de saber latim quanto a vergonha de ignorá-lo, e conhecê-lo não me parece tanto obrigação do bom orador quanto de um cidadão romano: Non tam praeclarum est scire latine quam turpe nescire, neque tam id mihi oratoris boni quam civis Romani proprium videtur” (Brutus, 37, 140).

Como a língua não é invenção individual, mas elemento de comunicação de um grupo humano, e em geral já tem séculos de existência, é claro que há certos princípios que lhe garantem a sobrevivência e continuidade. Tais princípios não se podem desprezar arbitrariamente, sob pena de se decretar a falência da própria língua.

Em várias destas Questões Vernáculas, que esperamos ver publicadas, alfabetadas e num só volume cartonado até fins de maio próximo, temos profligada a má compreensão do rifão “A língua quem faz é o povo”. Pois aí está, no citado e brilhante artigo do sacerdote salvatoriano, esta passagem de Quintiliano sobre o “uso comum”: “Se com este termo quisermos denominar aquilo que faz a maioria, estaremos dando um conselho muito perigoso não só para a língua mas o que é pior, para a vida; por mais frequentes que sejam os vícios no falar, não há razão para ver nisto uma regra de linguagem. Para a língua – continua Quintiliano – chamarei uso comum ou costume o consenso entre as pessoas instruídas, como para a vida chamo costume o consenso entre as pessoas de bem” (*Inst. Orat.* I, 6. 44-45).

O Estado de S. Paulo, 22-02-1981.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, N. M. de “O Ensino da gramática entre os romanos”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de fevereiro, 1983, p. 3.
- AUROUX, S. [ed.] *Histoire des idées linguistiques – I: La naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989.
- AYTO, J. *The Wordsworth dictionary of foreign words in english: an illuminating guide to recherché terms*. Hertfordshire: Wordsworth, 1991.
- BARATIN, M. & DESBORDES, F. *L'analyse linguistique dans l'antiquité classique*. Paris: Klincksieck, 1981.
- CARCOPINO, J. *Roma no apogeu do império*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990.

- CASEVITZ, M. & CHARPIN, F. “L’héritage gréco-latin”. In: BÉDARD, É. & MAURAI, J. (orgs.) *La Norme linguistique*. Québec: Conseil de la Langue Française, 1983.
- COLSON, F. H. [ed.] *M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriae liber I*. Cambridge: University Press, 1924.
- CORRADINI, H. *Metalinguagem na obra De lingua latina de Marco Terêncio Varrão*. Tese de Doutorado (inérita). São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- FONTES, J. B. *As Obrigatórias metáforas: apontamentos sobre literatura e ensino*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago: University Press, 1995.
- LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP, 1999.
- LIPPARINI, G. *Sintaxe latina*. Trad. Alípio R. Santiago de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1961.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa V. M. e Silva & Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.
- MOUNIN, G. *História da lingüística: das origens ao século XX*. Trad. F. J. Hopffer Rêgo. Porto: Despertar, ca. 1970.
- PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP, 2000.
- _____. “Quintiliano e a gramática antiga”. *CLASSICA – Revista brasileira de estudos clássicos*, 2000/2001, n°/v. 13/14, p. 367-373.
- _____. “Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano”. *PhaoS – Revista de estudos clássicos*, n° 1, 2001, p. 143-157.
- _____. *O Discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese de Doutorado (inérita). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.
- QUINTILIAN *Institutio oratoria*. Ed. M. Winterbottom. Oxford: Clarendon, 1989, 2 v.
- RIGHI, G. *Historia de la filología clásica*. Barcelona: Labor, 1969.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. Luiz M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- WEST, F. *The Way of language: an introduction*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1975.